

# **CLIPPING IMPRESSO**

**25/06/2019**



# INDICE

---

1. ASSESSORIA	
1.1. JORNAL O IMPARCIAL.....	1
2. INFORMATIVO	
2.1. JORNAL O IMPARCIAL.....	2
3. INSTITUCIONAL	
3.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	3 - 6
4. JUÍZES	
4.1. JORNAL EXTRA.....	7 - 8
5. VARA CRIMINAL	
5.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	9
6. VARA DA FAZENDA PÚBLICA	
6.1. JORNAL PEQUENO.....	10 - 11
7. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	
7.1. JORNAL O PROGRESSO.....	12
8. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS	
8.1. JORNAL PEQUENO.....	13 - 14

# ESTADO MAIOR

## Marcado

O deputado federal Aluisio Mendes (Pode) confirmou que a oitiva com os delegados Tiago Bardal e Ney Anderson na Câmara está marcada para o dia 2 de julho, para falarem das denúncias de grampo a magistrados e políticos com determinação do secretário Jefferson Portela.

O parlamentar informou que já foi enviado pelo presidente da Comissão de Segurança, Capitão Augusto (PR/SP), um ofício ao magistrado responsável pela prisão de Bardal, para que o delegado possa depor.

Bardal irá à Brasília sob forte escolta policial. A defesa do delegado está ciente do depoimento.

## Esclarecimentos

Os esclarecimentos de Aluisio Mendes foram dados após ventilação de que o delegado Bardal não compareceria ao depoimento porque não havia pedido de autorização da Justiça.

Antes da Comissão de Segurança da Câmara enviar ofício, tanto o parlamentar quanto a defesa de Tiago Bardal já haviam feito a solicitação informal ao magistrado, que, claro, pediu que a solicitação fosse oficializada.

Agora, o que os aliados do secretário de Segurança estão torcendo é para que o juiz responsável pela prisão de Bardal indefira o pedido da comissão da Câmara dos Deputados.

# Câmara marca oitiva de delegados que denunciaram grampos

Delegados Tiago Bardal e Ney Anderson serão ouvidos na Comissão de Segurança da Casa; eles falarão sobre denúncia de grampo ilegal feito pela SSP

GILBERTO LÉDA  
Da editoria de Política

**A** Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados marcou para a próxima semana audiência com os delegados de Polícia Civil do Maranhão Tiago Mattos Bardal e Ney Anderson Gaspar. Eles falarão aos parlamentares sobre as denúncias de uso da estrutura da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP) do Maranhão, comandada pelo também delegado Jefferson Portela, para monitorar ilegalmente autoridades estaduais.

A oitiva foi marcada, a pedido do deputado federal Aluisio Mendes (Pode), para o dia 2 de julho, a partir das 16h30.

A suposta espionagem veio à tona quando Ney Anderson e Bardal apresentaram uma série de acusações contra Portela. Segundo eles, ordens para interceptar ligações telefônicas de desembargadores, filhos de magistrados do Tribunal de Justiça do Maranhão, deputados e senadores opositores do governo teriam partido do titular da pasta.

Ele nega. "Em toda essa armação, não apontaram nenhum ato praticado por mim. Por que eu seria afastado, como sugere a postagem? No meu caso, o preso Bardal e o delegado afastado Ney Anderson nada apresentaram, a não ser afirmações desprovidas de qualquer elemento de prova", declarou.

## Debate

A realização da oitiva com os delegados motivou um debate público entre Aluisio Mendes e Jefferson Portela. Na semana passada, o deputado federal respondeu, em discurso na Câmara dos Deputados, a ataques desferidos pelo titular da SSP.

Disse que, como autor do requerimento, será o presidente da audiência do dia 2 de julho. Como tal, decretará a prisão do secretário maranhense, se ele "faltar ao respeito com qualquer autoridade, ou parlamentar, aqui nessa Casa"

"Como autor do requerimento, irei presidir essa reunião. E se esse desequilibrado acha que vai transformar o Congresso Nacional num circo e a comissão num picadeiro, ele está muito equivocado. Virá aqui para prestar conta das denúncias. E, se faltar ao respeito com qualquer autoridade, ou parlamentar, aqui nesta Casa, será decretada sua prisão. Eu pessoalmente o farei", disse. E emendou: "Ele que venha preparado para se defender".

O discurso de Mendes foi proferido um dia depois de Jefferson Portela partir para cima do parlamentar. Em entrevista, o titular da SSP declarou que as denúncias de Bardal e Gaspar são uma tentativa de intimidar o sistema de segurança e de usar a acusação de espionagem como defesa.

Acrescentou, ainda, que é Mendes quem deve explicações. "Ele [Aluisio] deveria se explicar, porque ele caiu em uma interceptação e a Polícia Federal pediu a prisão dele quando ele ligou para um investigado no Maranhão comunicando a operação e a pessoa estava interceptada. Por isso, à época, a PF pediu a prisão dele. Ele também deve explicar a péssima gestão dele com o estabelecimento das facções na capital. De 2009 a 2014, o índice de homicídios no Maranhão aumentou 308%. Já diminuimos em 63%".

## MAIS

### Sem data

Embora ainda sem data confirmada, o secretário Jefferson Portela também será ouvido pelos integrantes da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara.

O secretário também afirmou que Aluisio, que foi secretário de Segurança, deve saber como fazer ao falar em interceptação telefônica ilegal. E garantiu que, na sua gestão, grampos são feitos "somente dentro da lei".

"Ele aparece abraçando criminosos e dando total crédito a esta história de interceptações. Será que ele é um analfabeto na condição de policial? Ele sabe que a interceptação só é implantada com a ordem de um juiz. A operadora não implanta com ofício de oficial. Se ele fala de interceptação ilegal ele deve saber algo sobre isso. Na nossa gestão, somente dentro da lei", acrescentou.

---

## Presença de Tiago Bardal depende da Justiça

Apesar de já formalmente solicitada, a presença do delegado Tiago Bardal na audiência da semana que vem na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados ainda depende de autorização.

Bardal está preso desde o ano passado, acusado de integrar uma quadrilha especializada em contrabando no Maranhão. Por isso, para que ele viaje até Brasília, é necessária uma autorização do juiz Ronaldo Maciel, titular da 1ª Vara Criminal de São Luís, responsável pelo decreto de prisão do delegado.

Segundo Aluisio Mendes, no entanto, entendimentos feitos com o magistrado antes da definição da data da oitiva, devem garantir que Bardal seja autorizado a deixar a prisão para prestar o depoimento.

---

### Comissão de Segurança já enviou ofício ao juiz

---

“Já foi enviado pelo presidente da Comissão, deputado Capitão Augusto, um ofício ao juiz responsável pela prisão do Tiago Bardal, que solicita autorização e liberação do delegado para vir a Brasília depor, sob a escolta da Polícia Federal, tanto na ida quanto na volta. Em entendimentos feitos via Comissão, o juiz de antemão já autorizou, desde que fosse oficializado esse pedido. Então, já mandamos o ofício e estamos apenas aguardando a confirmação do juiz consolidando essa autorização”, destacou Mendes. ●

Fotos/Divulgação



**Aluisio Mendes vai ouvir delegados que acusam Portela de grampos**

# Morte de professora: inquérito concluído

Crime ocorreu em maio, e o inquérito foi enviado para a Justiça; o principal suspeito está preso

A polícia encaminhou ontem o inquérito sobre o assassinato da professora Rosiane Costa, de 45 anos, ao Poder Judiciário. O agente penitenciário temporário Márcio Jorge Lago Marques, de 39 anos, que é o principal acusado do crime e está preso, foi indiciado pelo crime de feminicídio. O corpo da vítima foi encontrado semidespido e com sinais de violência, no dia 13 de maio

deste ano, no campus da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

O caso foi investigado pelo Departamento de Feminicídio, coordenado pela delegada Viviane Fontenelle, que declarou que o crime está elucidado e com o autor preso, de forma preventiva. ●

Íntegra em [o estadoma.com/468774](http://oestadoma.com/468774)

## Ex-prefeito de São João do Caru é condenado a cinco anos de prisão

O ex-prefeito de São João do Caru, a 360 km de São Luís, foi condenado pelo juiz Bruno Barbosa Pinheiro da Comarca a cinco anos e cinco meses de prisão. Jadson Lobo Rodrigues foi denunciado pelo Ministério Público do Maranhão (MP-MA), que o acusa de vários crimes enquanto administrou a cidade entre os anos de 2012 e 2016.

As acusações são de que Jadson fez diversas transições bancárias sem autorização

legal, contratou um serviço contábil sem licitação e ainda deixou de prestar informações técnicas requisitas pelo Ministério Público.

O roubo nos cofres do município, segundo a denúncia, resultou em quase R\$1 milhão e 500 mil reais. O ex-prefeito teve também os direitos políticos cassados por cinco anos e terá que devolver todo o dinheiro. Jadson Rodrigues poderá recorrer para responder o processo em liberdade



# Opinião

Juiz de Direito da Comarca da Ilha de São Luís; Membro das Academias Ludovicense de Letras, Maranhense de Letras Jurídicas e Matinhense de Ciências, Artes e Letras.

As matérias assinadas são de inteira responsabilidade dos seus autores



## DESAFIOS EDUCACIONAIS NO CENÁRIO DO EMPODERAMENTO

\*Osmar Gomes dos Santos

Educação é um tema sobre o qual sempre gosto de refletir e entendo que todos deveriam se interessar. Ela está na base, na formação de qualquer ser humano, seja aquela vista pelo viés escolar ou a aprendida em casa, por meio de valores transpassados de geração para geração. Sobre esta última debruço a presente análise.

Verificando atentamente as gerações mais jovens, notadamente aquelas denominadas de Z e Alpha, causa-me preocupação - e até certo espanto - a forma como a educação repassada aos mais jovens é conduzida. Não nego que sou um tanto conservador, razão pela qual carrego uma boa dose de saudosismo ao reverenciar a educação dada a mim e aos meus irmãos.

Nesse ponto, compreendi e aprendi que é preciso ser duro, incisivo, austero, mas sem ser rígido. Os pais precisam ser modelo para os filhos ao transmitir princípios e valores na relação com o próximo. Impor limites é o primeiro caminho para uma boa educação, visto que durante a vida, por diversas vezes, estes limites irão se manifestar nas mais diferentes áreas.

Os desafios são inúmeros e gigantescos, visto que os jovens de hoje já nascem e crescem em pleno contato com as novas tecnologias e estabelecem uma relação simbiótica com todo esse aparato. É uma geração para a qual o virtual se torna parte do real, e vice-versa. O perigo reside justamente nesse ponto, uma vez que relegamos aos meios tecnológicos ou a escolas a formação de nossos filhos e nos afastamos do dever educacional sob nosso teto.

Não raro vemos jovens, na ausência dos pais, passarem horas preenchendo o vazio em sites, aplicativos e jogos. É uma forma de compensação pela ausência, que se completa com a célebre expressão "sim". Dizer sim para tudo, em qualquer situação, virou uma estratégica tentativa de conquista por parte dos pais. Assim, esperam ser amados pelos filhos a partir de sua benevolência.

Dessa forma, jovens parecem estar crescendo sem qualquer referencial daquilo que é certo ou errado do ponto de vista do convívio social. Vale apenas aquilo que ele, do ápice de sua breve e inexperiente existência, entende necessário para satisfazer as suas vontades. Telefones de última geração, voltinha no shopping, vídeo game da moda, viagens, festas, rolê com os amigos. Sem horários, sem limites para viver um mundo perigoso e traiçoeiro.

Um mundo no qual as relações têm sido marcadas pela efemeridade e sem qualquer profundidade, rasas como diz o

jargão musical do momento: shallow now. Essa superficialidade é constatada também na relação do próprio jovem com a vida adulta, estudos, trabalho, compromissos e responsabilidades. Praticamente toda uma geração que ainda não definiu seus rumos.

O impacto não é visto apenas na já conhecida parcela dessa geração denominada "nem, nem", mas também entre aqueles que até buscam alguma ocupação. O problema deste último é que ela é temporária. Poucos jovens dessa parcela querem compromisso mais duradouro com o trabalho e privilegiam a ausência de rotina e do cumprimento de horários. Não querem criar raízes, seja laboral ou mesmo familiares.

Aquela efemeridade juvenil, na qual se via uma inocente "despreocupação" deu lugar a um aparente desprendimento. Esse é um fenômeno social verificado nestas novas gerações e que desperta atenção, notadamente de estudiosos do comportamento e de educadores. Dentre as suspeitas, o excesso de autonomia e empoderamento das crianças desde as primeiras fases da vida.

Decerto que criamos filhos para o mundo. Daí porque precisamos atentar para uma conjuntura social mais complexa, paradoxalmente com maior possibilidade de se estabelecer relacionamentos, mas que estes carregam a característica peculiar de serem mais frágeis.

Empoderar não é nenhum problema. O ponto fulcral diz respeito aos limites que são impostos e a orientação para lidar com tal poder. A independência exige responsabilidade para lidar com as próprias escolhas diante dos macrodesafios políticos, econômicos, ambientais, de afirmação de minorias e até antropológicos.

Retomemos as rédeas de nossa juventude para que o comportamento pueril, carregado de ingenuidades e incertezas, não passe de poeira que se esvai com a brisa de um ou dois verões. Mantenhamos a base da educação que garante não apenas a sobrevivência da humanidade, mas a manutenção da vida em perfeito equilíbrio.

\*Juiz de Direito da Comarca da Ilha de São Luís; Membro das Academias Ludovicense de Letras, Maranhense de Letras Jurídicas e Matinhense de Ciências, Artes e Letras.



## Comunicação pública

A jornalista Roberta Gomes, que trabalha na Comunicação do Judiciário estadual, está cheia de ideias e projetos ainda para 2019. É que ela esteve em São Paulo no fim de maio para o Congresso de Assessores de Comunicação do Sistema de Justiça e lá esteve em contato com grandes nomes das áreas de acessibilidade, diversidade, inovação e criatividade para o setor público e privado. Com os insights voltados para aplicação na área da Comunicação, é provável termos novidades nos canais digitais e redes sociais, por exemplo, do Tribunal de Justiça.

## SENADO

# Redução de maioridade na pauta da CCJ

AGÊNCIA CCJ



### PROPOSTA PREVÊ REDUÇÃO PARA 16 ANOS EM CERTOS CRIMES

Na quinta-feira (27), a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) ouvirá especialistas sobre a proposta de reduzir a maioridade penal no Brasil de 18 para 16 anos nos casos de crimes hediondos, homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte. O relator da proposta de emenda à Constituição (PEC) 115/2015 na comissão, senador Marcelo Castro (MDB-PI), justificou a audiência dizendo que é preciso atualizar os senadores em primeiro mandato sobre o tema.

De acordo com Castro, o debate vai ser necessário para construir consensos políticos “que são imprescindíveis, antes que a questão seja submetida ao Plenário”.

Foram convidados o procurador Guilherme Schelb, que é mestre em direito constitucional pela Universidade Federal do Paraná; o presidente da Associação Paulista do Ministério Público, promotor Paulo Penteado Teixeira Junior; o professor de direito constitucional Fabrício Medeiros; o desembargador José Damião Cogan, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ/SP); a advogada Marisa Deppman; e o doutor em segurança e ordem pública Elias Miler da Silva.

Por sugestão do senador Rogério Carvalho (PT-SE), foram incluídos entre os convidados o ex-ministro da Justiça José Eduardo Cardozo; a advogada Deise Benedito, especialista em relações de gênero e raça e ex-perita do Mecanismo Nacional de Combate à Tortura; e representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia.

Ao justificar a inclusão dos convidados, Rogério alegou que a maioria dos juristas e especialistas considera a maioridade penal (artigo 228, que determina que são inimputáveis os menores de 18 anos) como constante no rol das cláusulas pétreas da Constituição (artigo 60) — ou seja, não pode ser mudada nem mesmo por PEC. As cláusulas pétreas são: a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes; e os direitos e garantias individuais.

# Fugas nas unidades da Funac em Imperatriz preocupam Vara da Infância e da Juventude

Em entrevista concedida no início da tarde desta segunda-feira (24) a **O PROGRESSO**, o juiz da Vara e da Infância e da Juventude da Comarca de Imperatriz, Delvan Tavares de Oliveira, disse que as constantes fugas verificadas nas unidades da Funac em Imperatriz preocupam. “Nós, naturalmente, estamos acompanhando com alguma preocupação. Importante destacar que temos duas unidades de internação em Imperatriz que recebem adolescentes de toda a região tocantina e a muito custo a gente vem mantendo um número de adolescente que seja compatível com a capacidade das unidades. Ocorre que mesmo assim, tem havido motins, fugas, com alguma frequência ultimamente, e isso se deve pela ausência de estrutura adequada de ambas unidades”, destacou o magistrado.

Os adolescentes que fugiram do Centro de Juventude Semear, localizado no bairro Três Poderes, haviam sido transferidos da unidade do Ouro Verde, que reúne piores condições, justamente porque já tinham fugido de lá, onde realizaram até motim. “A unidade do Três Poderes, que a rigor seria um pouco melhor, mas mesmo assim fugiram vários deles, que cumprem medidas sócias educativas,

por um homicídio, dois homicídios, três roubos, latrocínios, entre outros”, enfatizou Delvan Tavares de Oliveira.

Adolescentes que cumprem medidas de internação, que corresponde a privação de liberdade por adulto, a prisão, a pena, são adolescentes que praticaram atos infracionais muito graves. “Essa situação é preocupante e esperamos que a Funac, que é a responsável pela gestão da medida de semi-liberdade através da internação, adote medidas no sentido de aprimorar esses espaços para evitar esse tipo de situação, porque isso pode resultar mais tarde em consequências muito mais graves”, reiterou o magistrado.

## Construção parada

Falando sobre a construção do novo prédio da Funac, que está sendo erguido no Conjunto Vitória e está parada, Delvan Tavares informou que a paralisação das obras gerou uma grande expectativa de que seja concluído. “Já aconteceram várias paralisações e retomadas de construção e atualmente está novamente paralisada e não sabemos por qual motivo. O que eu posso dizer em relação a isso é que tramita na Vara da Infância e da Juventude uma Ação Civil Pública promovida pelo Ministério Público. como tam-

bém que seja apreciada uma liminar. Vamos apreciar esse pedido e verificar qual postura vai ser adotada pelo Poder Judiciário. Tem de ser ressaltado que essa é uma obra que não depende da atuação do Poder Judiciário, e sim do Poder Executivo. É de se lamentar que eventualmente vai precisar de uma decisão judicial para prosseguimento de uma coisa que a rigor não precisaria da intervenção do Poder Judiciário”, lembrou o magistrado.

## Medida socioeducativa

Delvan Tavares explicou que não existe nenhuma maneira de que os internos que já se tornaram maiores de idade, sejam transferidos das unidades da Funac para um presídio. “O fato de terem alcançado a maioria não os isentam do cumprimento das medidas socioeducativas, mas também não nos autoriza transferi-los de lá para penitenciária. Então, um adolescente que praticou um ato infracional com 17 anos, ele vai para internação e completa 18 anos, 19, 20 e até 21, como tem alguns, por lei terão de permanecer nesses espaços”, finalizou Delvan Tavares.

**Sonegação**

## **Justiça bloqueia contas bancárias e penhora prédios do Ceuma na Cohama e Renascença II**

*Instituição admite várias ações judiciais e garante que já obteve ganhos em algumas, em processos já tramitados e julgados*

PÁG. 2 (C1)

## Sonegação

# Justiça bloqueia contas bancárias e penhora prédios do Ceuma na Cohama e Renascença II

*Instituição deve cerca de R\$ 400 milhões em impostos; 90% são débitos de ISS e o restante de IPTU e outros tributos municipais*

Documentos obtidos com exclusividade pelo **Jornal Pequeno** revelam que a Justiça estadual está penhorando bens e bloqueando contas bancárias do Centro de Ensino Unificado do Maranhão (Ceuma). Estima-se que a instituição deva mais de R\$ 400 milhões em impostos, sendo cerca de 90% de débitos de ISS, mas também há dívidas de IPTU e outros.

A movimentação dos processos jurídicos revela que já foram executadas as penhoras de imóveis na Cohama e no Renascença II, além do bloqueio de contas bancárias.

A lista de processos judiciais que envolvem o nome do Ceuma é grande. Uma busca no site Jusbrasil, por exemplo, revela que há cadastrados 1.295 processos abrangendo o nome da instituição de ensino, incluindo os que envolvem débitos de tributos municipais. São casos de diversas naturezas jurídicas, que vão de questões trabalhistas a dezenas de cobranças fiscais.

Um dos casos envolve a penhora do imóvel da Avenida Jerônimo de Albuquerque, nº 500, bairro Cohama, avaliado em R\$ 5 milhões, de acordo com o documento de execução fiscal número 19559-14.2005.8.10.0001, em trâmite desde 2005 na 8ª Vara da Fazenda Pública Estadual e Municipal, do Fórum Desembargador Sarney Costa (Avenida Carlos Cunha, bairro Calhau).

Outro processo que chama a



atenção é o de penhora do imóvel no bairro Renascença II, avaliado em R\$ 3,5 milhões, de acordo com o documento nº 19560-14.2005.8.10.0001, que também tramita na 8ª Vara da Fazenda Pública desde 2005. O Judiciário também já conseguiu o bloqueio de R\$ 6.325.666,26 em contas bancárias da instituição de ensino. De acordo com informações obtidas pela reportagem, órgãos oficiais de fiscalização vêm realizando auditorias nas instituições de ensino ao longo dos anos e ficou constatado que o Ceuma, que é alvo de fiscalizações desde 1996, viria evitando emitir comprovante fiscal do pagamento das mensalidades dos alunos.

Em vez disso, a instituição forneceria aos estudantes um recibo simples, sem validade fiscal e, portanto, sem declarar o recolhimento de tributos. As auditorias resultaram em autos de infração e posterior cobrança jurídica e a consequente penhora de bens e bloqueio de contas bancárias.

A investigação também revelou que, ao longo dos anos, o Ceuma vem alegando na Justiça que a

instituição goza de privilégio tributário por se tratar de uma entidade educacional sem fins lucrativos. Segundo dados pesquisados, o Ceuma já teria utilizado vários registros de CNJP (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica), o que levou a auditoria a cruzar dados do Ministério da Educação a respeito de número de alunos, a movimentação de contas bancárias da instituição, lançamento de livros-caixa e outras fontes, pois a emissão de notas fiscais mensalmente da entidade não condiz com o faturamento contábil e financeiro, conforme resultado de auditorias e autos de infração expedidos.

### O OUTRO LADO

Procurada pelo Jornal Pequeno, a direção do Ceuma admitiu as ações judiciais. Informou que são várias e que muitas delas já foram ganhas na Justiça e que já transitaram em julgado. Os dirigentes informaram, ainda, que a defesa da instituição fará um levantamento completo dessas ações para encaminhar ao **Jornal Pequeno**, a fim de dar maiores esclarecimentos sobre as questões abordadas na reportagem.

**Moradia**

**Audiência  
pública vai  
discutir  
soluções para  
pessoas que  
vivem em  
áreas de risco**

**PÁG. 9 (C1)**

## Moradia

# Audiência pública vai discutir soluções para pessoas que vivem em áreas de risco

A Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha vai realizar uma Audiência Pública nesta quinta-feira (27), às 15h, no auditório do Fórum Des. Sarney Costa, para tratar da determinação da Justiça, em sentença datada de 2016, para que pessoas que estão morando em áreas de risco na Capital sejam incluídas imediatamente em programas de habitação, a exemplo do “Minha Casa, Minha Vida”. Para participar da audiência, designada pelo juiz Douglas de Melo Martins, titular da unidade judicial, foram intimadas a Defensoria Pública Estadual, o Ministério Público, o prefeito de São Luís, o presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, o secretário municipal de Urbanismo, o presidente da Câmara de Vereadores, e demais partes interessadas.

Conforme a sentença judicial, resultado de Ação Civil Pública proposta pela Defensoria Pública do Estado em face do Município de São Luís, no ano de 2006, por intermédio de procedimento instaurado pelo

Ministério Público Estadual, ficou constatada a existência de 319 famílias residindo em áreas de risco em São Luís. Prossegue relatando que conforme relatório da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, a cidade de São Luís conta atualmente com 36 áreas de risco, nas modalidades de deslizamento de barreiras, erosão e alagamento.

A DPE afirma na ação que, na capital maranhense, encontrava-se prevista a construção de 6.232 unidades habitacionais pelo Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV destinados à população de baixa renda, ou seja, do segmento de renda de 0 a 3 salários-mínimos. Na ocasião, o Município de São Luís foi condenado, sendo obrigado a no prazo máximo de 90 dias, proceder ao cadastramento de toda a população que se encontre habitando em áreas de risco (desmoronamento, deslizamento, erosão, alagamento, e inundação) na capital maranhense, sob pena de pagamento de multa diária.